

Feminismo e TIC: O patriarcado e o sistema capitalista¹

Gabriela Fernandes Silva²
Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR

RESUMO

Para alguns teóricos, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) parecem contribuir para o feminismo, promovendo uma maior igualdade de gênero. Contudo, o objetivo deste trabalho é demonstrar que essa questão é muito mais complexa do que aparenta à primeira vista. Parte-se do que denominamos como Economia Feminista Otimista, fundamentada nos estudos de D'Alessandro (2016), desde o atual contexto de Crise do Valor de Troca (Kurz, 2017), para explorarmos o conceito de acumulação primitiva, conforme investigado pela teórica feminista marxista autônoma Silvia Federici e pelo pioneiro da Economia Política da Comunicação no Brasil, César Bolaño.

PALAVRAS-CHAVE

Feminismo; Economia Política da Comunicação; crise do valor de troca; tecnologia; acumulação primitiva

INTRODUÇÃO

Nem os *Jetsons* nem *O Vingador do Futuro* estavam errados, apenas não previram que o futuro chegaria mais cedo. Quarenta e um anos antes de Rosie, o robô doméstico dos *Jetsons*, limpar a casa da família, já produzimos algo similar. Quanto ao táxi autônomo em *O Vingador do Futuro*, há três estados nos EUA em que os veículos autônomos são permitidos por lei para fins de teste.

Poderíamos passar horas debatendo as diversas tecnologias que filmes e desenhos antigos previram corretamente e que hoje fazem parte de nossa realidade. No entanto, esse não é o objetivo deste trabalho. O que nos interessa, neste momento, são os avanços tecnológicos que têm substituído o trabalho humano. E as previsões para essa nova realidade não são muito otimistas. Se todas elas se concretizarem, espera-se que até 2026, 54% das mais de duas mil profissões formais no Brasil sejam substituídas por robôs ou softwares (Albuquerque *et al.*, 2019).

Nesse novo cenário, as mulheres parecem levar vantagem inicialmente. Com níveis de escolaridade mais elevados que os homens e possuindo características menos

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho 14 - Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, evento integrante da programação do 23º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 13 a 15 de junho de 2024.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL), onde é bolsista do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Jornalista graduada pela UEL, email: gabi.fernandes@uel.br.

suscetíveis à automação, elas teriam melhores perspectivas nos empregos do futuro. Entretanto, discordamos dessa visão otimista.

O problema do desemprego resultante do avanço tecnológico é um tema antigo tanto no debate público quanto na pesquisa acadêmica, afetando a maioria, se não todos, os setores de trabalho, inclusive o Jornalismo. Por outro lado, a crise do sistema capitalista tem impacto direto em toda a população. Portanto, compreender e estudar a situação atual é justificável.

A Economia Política da Comunicação (EPC) emerge como ferramenta analítica adequada para examinar as transformações no mundo do trabalho. Nesse contexto, um estudo sobre as interseções entre desemprego tecnológico e economia feminista adquire novas dimensões quando analisado sob a perspectiva da Comunicação. Além disso, a reflexão sobre uma economia feminista, visando a construção de um mundo mais justo e menos machista, deveria ser incorporada em grande parte dos estudos contemporâneos.

O objetivo deste trabalho é investigar as nuances do desemprego tecnológico e como ele se relaciona com a natureza patriarcal das relações de gênero. Este trabalho foi baseado em Trabalho de Conclusão de Curso da autora (Silva, 2022). Suas contribuições fazem referência ao trabalho citado.

BASE TEÓRICO-METODOLÓGICA

David Graeber (2018), mesmo que não tenha interpretado os “empregos de merda” como uma consequência direta da crise do valor de troca, ofereceu uma análise substancial sobre o cenário atual e futuro. Descreve que a automação resulta na criação de novos empregos, frequentemente sem função real, que ocupam parte significativa do total. Em teoria, “a última coisa que uma empresa com fins lucrativos deveria fazer seria gastar dinheiro com trabalhadores que elas não precisam empregar” (Graeber, 2020).

É precisamente para esclarecer essa contradição capitalista que recorremos a Robert Kurz (2017). Segundo o autor, estamos enfrentando um período de crise do valor de troca, que justifica o fato de pessoas serem remuneradas sem realizar trabalho produtivo dentro do sistema capitalista.

Para a compreensão disso a partir do que ocorre na comunicação, buscamos alinhar os pensamentos feministas com os estudos da EPC. De acordo com Bolaño e Bastos (2020, p. 177-178):

Podemos definir a EPC, seguindo a melhor tradição da economia política marxista, como o estudo das relações de produção capitalistas relativas à

estrutura dos sistemas de mediação social, tendo por pressuposto o desenvolvimento das forças produtivas. Em outros termos, trata-se em essência da ampliação do ferramental crítico da crítica da economia política para a compreensão das estruturas de mediação social características do modo de produção capitalista, especialmente aquelas desenvolvidas a partir das transformações sistêmicas que se traduziram na constituição do chamado capitalismo monopolista, na virada do século XX.

Este trabalho foi elaborado através de uma revisão bibliográfica. Para orientar a leitura selecionada, adotamos o quadro de referência da EPC. As autoras e autores foram escolhidos precisamente por suas críticas e análises do sistema atual.

Dessa forma, buscamos estabelecer uma relação entre o conceito de acumulação primitiva, fundamental no pensamento marxista, que serve de base tanto para o argumento feminista de Federici (2016; 2019; 2021) quanto para a Economia Política da Comunicação formulada por César Bolaño (2000). Nosso objetivo é lançar uma crítica ao feminismo liberal e à ideia de que as tecnologias seriam uma solução para os problemas enfrentados pelas mulheres.

CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA

Marx (2017) discute a “acumulação primitiva” como o processo histórico de separação entre trabalhadores e meios de produção, fundamental para a ascensão do capitalismo. Esse processo envolveu violência e expropriação, permitindo que alguns acumulassem riquezas enquanto outros ficassem sem nada além de sua própria força de trabalho para vender.

A Economia Política da Comunicação desde Bolaño (2000) parte dessas análises, observando a apropriação pelo capitalista do conhecimento gerado pelos trabalhadores, chamada de “acumulação primitiva de conhecimento”. Isso, por sua vez, alimenta o desenvolvimento tecnológico promovido pelo capitalismo, criando as condições para a revolução permanente das forças produtivas. Essa dinâmica histórica é central na concepção contemporânea da dita “sociedade da informação”, na qual as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) desempenham um papel central, embora frequentemente fetichizado.

Já com Federici (2022), vemos que a acumulação primitiva também está na base da constituição do patriarcado tal como se consolidou sob o capitalismo, marcado por uma divisão entre a lógica do trabalho reprodutivo, por um lado, e o trabalho assalariado industrial, por outro: o *calibã* e a *sycorax*, a bruxa, massacrados pela força do capitalismo.

Perceber a posição das mulheres na sociedade através da lente da exploração capitalista do trabalho revela a continuidade entre discriminação de gênero e de raça, permitindo transcender o feminismo liberal. Silvia Federici (2016) aponta que o capitalismo depende e perpetua o machismo. Compreender o trabalho reprodutivo não remunerado e sua permanência no capitalismo é fundamental para uma política feminista. Essas ideias, embora não expressas explicitamente em suas obras, são fundamentais para entender o pensamento de Federici, influenciado por Marx.

No trabalho, percebemos como o capitalismo perpetua seu poder através de um “domínio indireto”, que divide a classe trabalhadora ao conceder aos trabalhadores do sexo masculino o controle sobre as pessoas não assalariadas, principalmente as mulheres. A partir disso, Federici (2019) argumenta que o salário não apenas confronta capital e trabalho, mas também cria relações de poder desiguais entre os trabalhadores.

A acumulação primitiva está ligada à emergência do patriarcado do salário, em que as mulheres são subjugadas e relegadas ao trabalho doméstico não remunerado. Esse processo histórico resultou na marginalização das mulheres nas sociedades capitalistas em desenvolvimento.

O desenvolvimento do trabalho reprodutivo e a conseqüente emergência da dona de casa proletária em tempo foram [...] resultado da mudança de um sistema de exploração baseado em um prolongamento absoluto da jornada de trabalho para outro em que a redução da jornada seria compensada por uma revolução tecnológica que intensificou a taxa de exploração. Um fator-chave dessa mudança foi, certamente, o temor dos capitalistas de que a superexploração à qual trabalhadoras e trabalhadores estavam submetidos, devido ao prolongamento absoluto da jornada de trabalho e aos salários minguados, estivesse levando à extinção da classe trabalhadora e influenciando a recusa das mulheres ao trabalho doméstico e ao cuidado das crianças. [...] Foi nesse entrecruzamento que se introduziu uma reforma trabalhista (por meio de uma série de Leis das Fábricas) que, em primeiro lugar, reduziu e depois eliminou a contratação de mulheres pelas fábricas e aumentou substancialmente (em 40% até o fim do século) o salário masculino (Federici, 2021, p. 65).

Assim, o capitalismo interferiu no processo da dona de casa proletária, conforme Federici (2021, p. 65):

Nesse sentido, o nascimento da dona de casa proletária, trabalhando em tempo integral – fenômeno que o fordismo acelerou –, pode ser interpretado como uma tentativa de restituir ao salário dos homens, sob a forma de uma grande quantidade de trabalho não remunerado realizado pelas mulheres, os bens comunais que eles perderam com o advento do capitalismo.

Reconhecer o trabalho doméstico como uma atividade que sustenta toda a força de trabalho nos permite entender as identidades de gênero como resultantes do trabalho e

as relações de gênero como relações de produção. Isso liberta as mulheres, especialmente nossas mães, da culpa frequentemente associada à recusa desse trabalho.

Apesar de ser realizado no lar, de forma não cooperativa e sem exigir alta tecnologia, o trabalho doméstico era anteriormente visto pelos marxistas como uma remanescente das formas pré-capitalistas de produção. No entanto, uma revolta das mulheres contra essa visão permitiu entender que o trabalho doméstico é socialmente necessário e produtivo no sentido capitalista, não podendo ser mecanizado devido à natureza interativa e intensiva dos diversos serviços emocionais e físicos envolvidos na reprodução da força de trabalho.

Sobre as tecnologias, Marx (2017) previa que a revolução microeletrônica levaria a uma nova era em que o trabalho necessário seria minimizado e as pessoas teriam tempo para atividades mais elevadas. No entanto, Federici (2021) questiona essa visão, destacando que as máquinas não são capazes de resolver todos os problemas do capitalismo. Ela aponta para questões como a destruição ambiental causada pela produção de tecnologia e a incapacidade das máquinas de substituir completamente as atividades humanas básicas. Por isso que é difícil analisar o desenvolvimento tecnológico considerando suas potencialidades para as mulheres, como argumenta D'Alessandro (2016).

Federici (2021) argumenta que certas tarefas, como cuidar de crianças, prestar serviços sexuais e cuidar de pessoas doentes ou idosas, não podem ser mecanizadas. Ela ressalta que máquinas não podem incorporar as habilidades e os afetos necessários para realizar essas atividades. Assim, apenas parte do trabalho reprodutivo pode ser automatizada, o que faz com que o esquema marxiano de expansão da riqueza material através da automação e redução do trabalho necessário se torne inviável. Portanto, as mulheres, mais uma vez, não gozam das vantagens do trabalho tecnológico, apenas continuam a perpetuar e adquirir novas funções com o sistema capitalista.

CONCLUSÕES

A análise apresentada mostra que o avanço tecnológico, embora tenha o potencial de substituir grande parte do trabalho humano, não traz perspectivas tão otimistas quanto inicialmente previsto, especialmente para as mulheres. Enquanto as tecnologias automatizam várias funções, a natureza interativa e emocional do trabalho reprodutivo, geralmente realizado por mulheres, permanece fora do alcance da automação. A reflexão

crítica, fundamentada na Economia Política da Comunicação e nas teorias feministas, revela que a automação pode perpetuar e até aprofundar as desigualdades de gênero, em vez de eliminá-las.

Além disso, a análise histórica da acumulação primitiva e sua ligação com a formação do patriarcado revela que as transformações tecnológicas não alteram fundamentalmente as estruturas de poder e exploração existentes. O capitalismo utiliza a tecnologia para intensificar a exploração, mantendo as mulheres em posições de subordinação. Ou seja, a persistência de um sistema capitalista que depende do trabalho reprodutivo não remunerado faz com que as mulheres continuem a ser exploradas, muitas vezes assumindo novas funções – sempre não valorizadas.

REFERÊNCIAS

- BOLAÑO, César. **Indústria cultural**: informação e capitalismo. São Paulo: Hucitec/Pólis, 2000.
- BOLAÑO, César; BASTOS, Manoel Dourado. Um pensamento materialista em Comunicação. **O campo da Comunicação**, p. 165. São Paulo: Socicom Livros, 2020.
- D’ALESSANDRO, Mercedes. **Economía Feminista**: Cómo construir una sociedad igualitaria (sin perder el glamour). Argentina: Penguin Random House Grupo Editorial, 2016.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: Mulheres Corpo e Acumulação Primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2016.
- FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo. Volume 1. São Paulo: Boitempo, 2021.
- FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**; trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.
- GRAEBER, David. Por que não trabalhamos apenas três horas por dia? Artigo de David Graeber. **IHU Online**, São Leopoldo, 8 set. 2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/602619>. Acesso em: 14 jun. 2024.
- GRAEBER, David. **Trabajos de mierda**: una teoría. Barcelona: Ariel, 2018.
- KURZ, Robert. **A crise do valor de troca**. Tradução de André Villar Gomez. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017. 132 p. Título original: Die Krise des Tauschwerths.
- MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro I: O Processo de Produção do Capital. 2ª. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- SILVA, Gabriela Fernandes. **Economia feminista e tecnologias**: o patriarcado como base do Sistema capitalista. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) – Curso de Jornalismo, Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR, 2022.